



# Leishmaniose Visceral

*Médicos Veterinários informados e atentos. Responsabilidade e ética profissionais na conduta de um assunto muito sério.*

## **ALERTA**

A confirmação do primeiro caso humano autóctone de leishmaniose visceral em Santa Catarina deve ser encarada com preocupação e atenção, pois há o risco de surgimento de novos casos na população, tendo em vista que a endemia canina acontece em Florianópolis desde 2010, onde já há mais de 30 localidades com registro de aproximadamente 300 cães infectados por *Leishmania chagasi*.

Nesse contexto, os médicos veterinários têm papel essencial, tanto na prevenção quanto no controle dessa doença, cabendo ao profissional orientar aos proprietários dos cães e à população em geral sobre os principais aspectos da leishmaniose visceral, as formas de prevenção e os riscos envolvidos no tratamento dos cães. A notificação de casos caninos

suspeitos com leishmaniose visceral é obrigação do médico veterinário como profissional de saúde pública, conforme preconizado na Instrução Normativa nº 50/2013 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que lista as doenças de notificação compulsória.

## **A ZOONOSE**

A Leishmaniose Visceral é uma doença infecciosa não contagiosa causada nas Américas por protozoários da espécie *Leishmania (Leishmania) chagasi*, de caráter crônico e sistêmico, que acomete mamíferos domésticos e silvestres. Essa zoonose está entre as 6 mais relevantes enfermidades infecto-parasitárias do mundo, sendo a 2ª protozoose mais importante da atualidade, perdendo apenas para a malária. Apesar disso, a leishmaniose

visceral é considerada uma doença negligenciada, despertando pouca atenção do poder público e da iniciativa privada, o que reflete em políticas públicas pouco eficientes e na inexistência de vacinas e novos medicamentos.

Em humanos a sintomatologia clínica caracteriza-se por febre de longa duração, perda de peso, astenia, adinamia, anemia, hepatoesplenomegalia, dentre outras manifestações. Quando não tratada, pode evoluir para óbito em mais de 90% dos casos.

A suspeita clínica de leishmaniose visceral em cães ocorre quando o animal apresenta um quadro sintomático de febre irregular, apatia, alterações cutâneas (alopecia, eczema furfuráceo, úlceras e hiperqueratose), onicogribose (crescimento exagerado das unhas), emagrecimento acentuado,

ceratoconjuntivite e paresia de membros posteriores. Entretanto os médicos veterinários devem ficar atentos, pois cerca de 60% dos cães com leishmaniose visceral canina são assintomáticos.

A forma de transmissão da leishmaniose visceral é vetorial, por meio da picada do flebótomo contaminado, popularmente conhecido como "mosquito palha" que, ao picar cães ou outros animais infectados, se torna portador do protozoário e pode transmiti-lo a cães saudáveis ou às pessoas. As principais espécies de flebotômíneos incriminadas na transmissão da LV são *Lutzomyia longipalpis* e *Lutzomyia cruzi*, no entanto outras espécies de flebotomos, de característica silvestre, tem participado do ciclo de transmissão da LV, especialmente em Florianópolis. Estes insetos são pequenos, com tamanho inferior a 1mm, apresentam coloração amarelada ou palha e, em posição de repouso, suas asas permanecem eretas e semiabertas. O ciclo biológico do vetor ocorre no ambiente terrestre e passa por 4 fases: ovo, larva, pupa e adulto (forma alada). Desenvolvem-se em locais úmidos, sombreados e ricos em matéria orgânica. O desenvolvimento do ovo à fase adulta ocorre em cerca de 30 dias.

As formas adultas abrigam-se nos mesmos locais dos criadouros e em anexos peridomiciliares, principalmente em abrigos de animais domésticos. Somente as fêmeas se alimentam de sangue, pois necessitam de sangue para o desenvolvimento dos ovos e sugam uma ampla variedade

de de animais vertebrados. A alimentação é predominantemente noturna. Tanto o macho quanto a fêmea tendem a não se afastar muito de seus criadouros ou locais de abrigo podendo se deslocar até cerca de 1 quilômetro, com a expressiva maioria não indo além dos 250 metros. O tempo de vida da fêmea é estimado, em média, em 20 dias.

### **ORIENTAÇÃO**

Os Médicos Veterinários que suspeitarem de leishmaniose visceral canina, deverão realizar a coleta de 5 ml de sangue, em tubete sem anticoagulante e procurar a Vigilância Epidemiológica de seu município, notificando e encaminhando a amostra. A análise desta amostra será realizada ao Laboratório Central – LACEN/SC, não tendo nenhum custo ao proprietário ou médico veterinário.

Medidas simples de manejo ambiental como limpeza dos terrenos e quintais, eliminação de resíduos orgânicos do solo, entrada da luz solar, redução da umidade do solo, afastamento dos abrigos dos animais domésticos das casas, podem ajudar a diminuir a quantidade destes insetos. A aplicação de inseticidas só está indicada em situações especiais, de acordo com a avaliação da Vigilância Epidemiológica. As pessoas podem se proteger das picadas usando repelentes e evitando permanecer nas áreas externas durante o entardecer ou período noturno.

No ciclo de transmissão da leishmaniose visceral, os cães assumem a condição de reservatórios doméstico, sendo

fonte de infecção para o inseto transmissor. O uso de coleiras repelentes a base de piretróides e a vacinação contra a LVC constituem medidas importantes na prevenção da zoonose.

### **TRATAMENTO**

Recentemente foi aprovado no MAPA um medicamento à base de miltefosina para o tratamento de cães. No entanto, cabe frisar que não há cura parasitária, apenas cura clínica. Haverá a necessidade de acompanhamento veterinário o resto da vida do animal, pois o tratamento não impede que o cão seja fonte de infecção para flebotomos livres do protozoário. Desse modo, a possibilidade de eutanásia deve ser considerada e ainda é a recomendação do Ministério da Saúde. É importante reiterar que o uso de medicamentos humanos para tratamento canino de leishmaniose continua sendo proibido, consoante a Portaria Interministerial nº 1.426/2008.

### **NOTIFICAÇÃO**

Ao suspeitar de um cão com leishmaniose visceral, em qualquer cidade do Estado o Médico Veterinário deve notificar oficialmente a Vigilância Epidemiológica do Município ou a Secretaria Estadual de Saúde/Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE-SC) via e-mail: [dvrh@saude.sc.gov.br](mailto:dvrh@saude.sc.gov.br). Em Florianópolis, contato pode ser também com o Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) pelo e-mail [zoonosespmf@gmail.com](mailto:zoonosespmf@gmail.com). Em Joinville, contactar a Vigilância Ambiental pelo e-mail: [notificacaozoonosesjlle@gmail.com](mailto:notificacaozoonosesjlle@gmail.com).